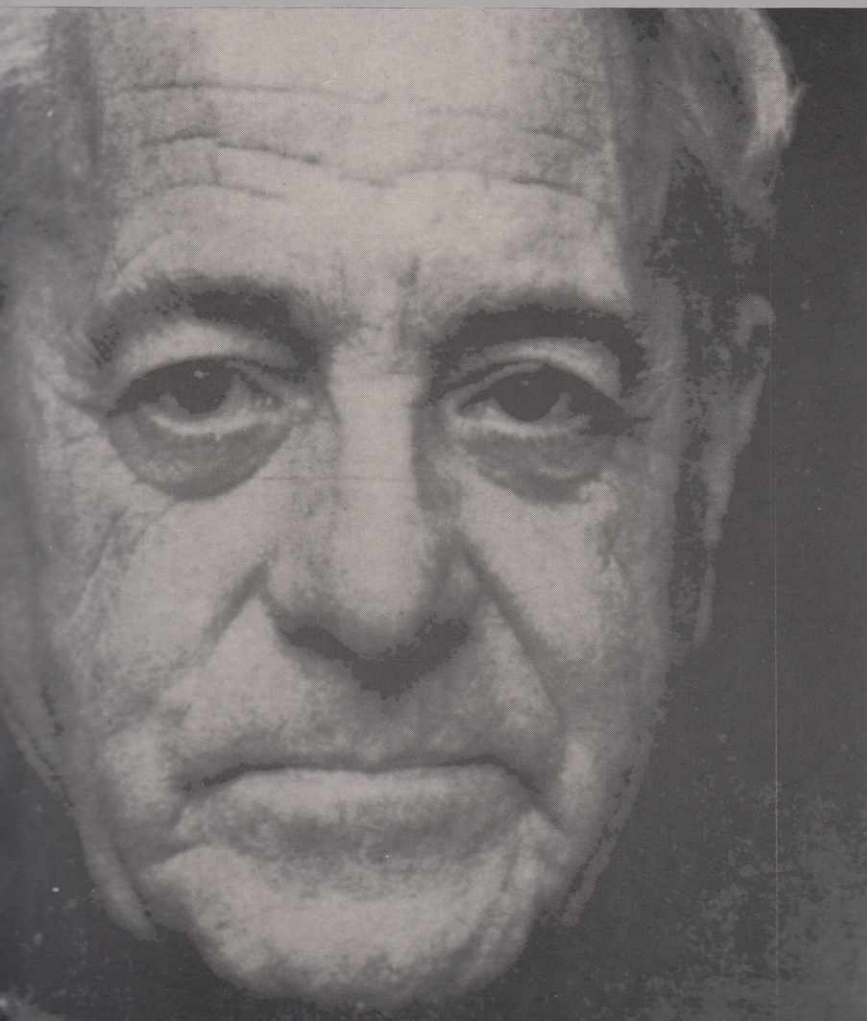


Tempos de luta

de adversidade e de esperança

**MEMÓRIAS
DE UM MILITANTE
ANARCO-SINDICALISTA**

Emídio Santana



p&r
perspectivas & realidades

slhi

8 — O FIM DA 1ª REPÚBLICA

(1927)

ULTRAPASSANDO O ABALO INTERNO

A ameaça que pairava desde há tempo é agora uma pungente realidade: os militares ocupam o poder e o país como se fosse uma caserna. Entre eles, apesar dos seus dognas disciplinares, travam-se lutas pela supremacia de um ou de outro clan, mas não restam dúvidas que, durasse muito ou pouco tempo, os danos eram grandes.

Se os problemas orgânicos do movimento confederal infundiam cuidados, não infundia menos as ameaças que estavam à vista. Seria necessário consolidar o espírito de luta, o vigor do sentimento da autonomia para que o movimento confederal não sossobrasse perante uma demagogia fácil que, aproveitando as decepções ou temor das circunstâncias, produzisse uma crise de consciência e de ideias; que o «prático» e o «imediato» não viessem a prevalecer na pobreza da irreflexão no seu precário sentido e aproveitado em acessos de reformismo.

A CGT, com a sua experiência de luta e o seu arsenal doutrinário, era uma realidade que provara ser na sociedade portuguesa uma força dinâmica, identificada como exclusivamente operária e autónoma, mas agora encontrava-se só no espaço fechado dessa sociedade em crise onde só começava a imperar a força bruta das armas e açoitada pela tentação totalitária.

Os partidos republicanos esperavam as migalhas dos despojos do poder, do festim dos militares que se julgavam com uma missão messiânica; os comunistas, apesar do seu linfatismo, pior ainda, no seu jogo putschista e na crença da inevitabilidade do seu próximo advento, seriam capazes de todas as apostas; os socialistas, de longe acostumados a todos os conúbios políticos que lhe dessem aces-

so ao poder, poderiam vocacionar-se a missão igual à que Primo de Rivera dera aos seus correlegionários espanhóis.

Os efeitos psicológicos da crise institucional eram já evidentes. Não podíamos esperar. Era necessário decisão e posições esclarecidas. Manifestavam-se já algumas indecisões e apreensões. A maior atenção incidia sobre «A BATA-LHA», a imagem que todos os dias dava ao país do movimento confederal, e algumas críticas surgiam.

Santos Arranha, que estava na direcção do jornal e que fora incumbido de renovar a sua imagem, valha a verdade não foi feliz, embora o regime de censura tornasse difícil a sua missão. Algumas críticas apareceram. Reagiu mal porque Arranha, que era um homem corajoso e militante experiente e capacitado, era também muito sensível ao que lhe pudessem dizer, e reagiu com certa acritude.

A campanha que o jornal empreendera no caso do Angola e Metrópole, sendo válida como denúncia da crápula financeira e da corrupção no aparelho do Estado, por vezes tocou um certo sensacionalismo jornalístico que originou, salutarmente, várias críticas, sinal que a base orgânica reflectia e exercia os seus direitos de controle.

Na adversidade todos os males avultam. A desorganização económica do país e a fragilidade das nossas indústrias produziam nos meios sindicais apreensões que se adensavam como o agravamento da situação política.

Muitos militantes sindicais ressentiam-se da gravidade desses problemas e tornavam-se muito receptivos aos problemas mais imediatos das classes. As camadas militantes mais compenetradas das ideias informais do movimento e da complexidade dos problemas sociais naturalmente que não queriam perder de vista os principais objectivos confederais.

Como o movimento sindical não era governado por um comité central, possuidor de razão absoluta e acatado por bases domesticadas, as opiniões tomavam o seu vulto e debatiam-se.

O jornal «O ANARQUISTA», órgão da UAP, desde o seu primeiro número, que apareceu em Fevereiro, começara a fazer certas críticas, mal acolhidas pelos militantes sindicalistas ciosos da suficiência confederal.

No seu n.º 8, de 11 de Junho, em editorial intitulado «A

Confederação está-se afastando do terreno revolucionário que lhe está demarcado. Procuremos fazê-la enveredar pelo verdadeiro caminho», a crítica era mais directa.

Muitos militantes e o comité federal da Federação das Juventudes Sindicalistas aceitaram como pertinente a necessidade de certa reflexão sobre a acção confederal tendo presente o que ocorrera na CGT francesa no período da 1.^a guerra, com os reflexos da «defesa da França».

A União Anarquista e a FJS divulgaram uma circular fazendo uma análise das circunstâncias na organização confederal. As opiniões dividiram-se: os que consideravam o debate pertinente, do lado em que estive, e outros que o consideravam simplesmente uma ingerência na CGT.

Os factos posteriores justificaram a necessidade de uma análise crítica na conjuntura preservando o corpo confederal das repercussões da crise larvar do capitalismo e das instituições.

Essa crítica, que deveria ter uma certa latitude, como é muito dos nossos hábitos, polarizou-se na pessoa dos militantes em evidência como Manuel Joaquim de Sousa e Santos Arranha e por vezes caíu em simples casos pontuais. Outras incidências concorreram para baixar o nível do confronto das opiniões: a verrina comunista com campanhas de desprestígio de quantos não se prestassem ao seu jogo, e da CGT para que tornasse cativa das suas tendências para a necrofilia.

Naturalmente que outros militantes, em diversos organismos, reconheceram que a polémica não atingia os melhores resultados e entenderam que seria preferível recuperar essencialmente a acção confederal reunindo os recursos e os militantes capazes de empreender uma maior recuperação do movimento.

Vários organismos aderentes se manifestaram nesse sentido, mas também apareceram os que se preocupavam em azedar as questões e prazer mórbido de transformar as querelas sérias em assuntos de quezília ou fulanizar as questões.

Os Núcleos de Juventude Sindicalistas de Lisboa e do Porto, cada um de per si, consideravam as consequências que poderiam advir de uma exacerbação da discussão dos problemas de tanta importância por certas vias interessa-

das em explorar politicamente o clima, resolveram não acompanhar quaisquer debates para tomarem uma posição vigilante, e convidaram a Federação a tomar igual atitude.

Santos Arranha, militante inconfundivelmente anarco-sindicalista e que partilhava connosco das preocupações sobre os prejuízos sociais e políticos que se geravam nas circunstâncias, por isso aceitara a direcção de «A BATALHA», acabou por reagir mal, especialmente à forma como a questão fora posta pelo jornal «O ANARQUISTA», pela UAP e pela FJS. Inconsideradamente se situou no lado dos militantes que se mostravam relutantes no aprofundamento da análise dos problemas críticos e das debilidades de oposição a certos níveis de sindicatos e federações.

Manuel Joaquim de Sousa, que foi sempre o alvo preferido das acintosas campanhas dos comunistas e partidários da ISV, não lhes perdoavam o ter sido o redactor da nota officiosa da CGT sobre a constituição do partido comunista e da série de artigos que então publicou em «A BATALHA» sob o título «À Boa Paz». Tinham insinuado que praticara o abuso de despesas nas suas funções, e o relatório que averiguara não terem fundamento essas acusações fora aprovado em Conselho Confederal. Como ele participara também nesses debates numa posição crítica, isso contribuiu para certas malsinações intencionalmente levantadas, pretendendo polarizar a questão em termos de dissídio pessoal.

Não se tendo conseguido concretizar os resultados dos debates das opiniões sobre os problemas sérios com que se deparavam, impunha-se afinal uma solução imediata.

Para evitar derrotas e vitórias que mais confrontassem os militantes sem outros resultados a Secção de Federações deliberou, e propôs ao Conselho Confederal, que se fizesse convite ao Comité confederal e à Direcção de «A BATALHA» a pedirem a demissão para proporcionar fazer-se convite aos organismos aderentes a nomearem novos delegados ao Conselho Confederal, e que depois elegeriam novo Comité e nova Direcção do jornal.

A proposta da Secção de Federações tinha o seguinte teor:

«Propor aos organismos representados na CGT a imediata substituição do seus delegados.

Nomear entre os actuais delegados que não tomaram parte no debate cinco membros que constituirão uma comissão para dar cumprimento às resoluções deste Conselho, o despacho do expediente e atender os interesses dos presos junto do Conselho Jurídico.

Esta comissão logo que esteja na posse de todos os elementos convocará o novo Conselho, a quem deporá o seu mandato.

Enquanto não se constituir o novo Conselho, a administração de «A BATALHA» ficará a cargo do seu chefe. Igualmente a redacção será dirigida colectivamente pelos actuais redactores.

Tanto a redacção como a administração ficam sujeitas ao controle e orientação da comissão que for nomeada.

Que nenhum dos actuais delegados que tenham tomado posição não poderá fazer parte do novo Conselho Confederal.

Que a Comissão nomeada se dirija imediatamente aos organismos aderentes no sentido de dar praticabilidade, o mais urgente possível, à matéria do ponto 2.»

A comissão administrativa foi eleita e constituída por Joaquim de Sousa, dos Metalúrgicos, Faustino Ferreira, da Federação Vinícola, Carlos José de Sousa, dos Gráficos, Luiz Gonzaga e Alfredo Lopes, da Construção Civil. Assumiu interinamente a direcção do jornal, Joaquim de Sousa, substituído depois por Alberto Dias, também da Construção civil.

Isto não impediu todavia que o debate prosseguisse, acalorado mesmo, como desejo de encontrar as melhores soluções.

Era natural que a CGT se ressentisse dos complexos efeitos da profunda crise que avassalava o país, das incertezas que se adensavam no horizonte e dos seus reflexos nas classes trabalhadoras que suportavam todos os efeitos do vendaval de carácter económico, político e social.

A percepção dos acontecimentos e a sua não conformidade era a evidência de que a CGT era um corpo vivo, manifestando a diversidade da sua composição, que não se resignasse à fatalidade e procurava enfrentá-la. Tão pouco a

escondia com o espectáculo verbalista dos tempos de hoje que se lança para auditórios massificados.

Não era fácil definir a melhor posição nem o movimento se subjugaria, com a sua identidade própria, a escutar um comité central hermético e poderoso que ditasse a sua sentença.

Com uma visão mais imediata dos problemas ou aprofundando-os em termos mais complexos como à procura de uma melhor directriz, os militantes confederais discutiam os problemas e na altura própria souberam encontrar a solução que era pelo menos a do consenso, procurando renovar sem imposições e na competência das organizações básicas.

Uma nota curiosa se salienta. A CGT nunca abandonaria nem sacrificaria a sua autonomia mesmo em relação a organizações com quem sempre convivera e mantinha grandes afinidades.

Posto em confronto com a actualidade sindical verificamos que longe de terem uma autonomia própria, o seu alinhamento com partidos políticos é hoje total, enquanto a CGT defendia essa autonomia no pormenor e em extensão.

Constituiu-se o novo Conselho Confederal com novas delegações de todas as organizações aderentes, compostas por novos elementos, e que iam entrar em funções num momento tão cheio de ameaças, como se verificou quase de imediato.

A União dos Sindicatos de Faro indicou-me como seu delegado permanente. Foi eleito novo Secretariado Confederal que ficou constituído por Mário Castelhana, Manuel Henriques Rijo e José Francisco.

Para a Direcção de «A BATALHA» foi eleito Mário Castelhana.

COMEÇA A CLANDESTINIDADE

Quando no princípio de Julho de 1926 é empossado o governo presidido pelo Carmona sente-se que há uma certa instabilidade. Mantém-se a censura à imprensa e estão cercadas as liberdades públicas; algumas prisões e sobretudo muita incerteza.

Os sindicatos não foram impedidos de funcionar, mas são vigiados e só podiam realizar as suas assembleias mediante autorização dos governos civis.

Nos meios políticos conspirava-se como sempre, por vocação.

Para nós começava uma semi-clandestinidade. Os sindicatos funcionavam, mas ao nível de organismos federativos ou confederais adoptavam-se medidas de segurança, como nas reuniões de grupos ou da Juventude Sindicalista. Reunia-se sempre em locais diferentes.

A 22 de Setembro iam ser julgados em Tribunal Militar alguns militantes das Juventudes Sindicalistas, acusados de pertencerem à Legião Vermelha, que voltava a servir de abertura de um processo de arbitrariedades com cobertura judicial. Era o começo das grandes repressões.

Os acusados eram Manuel Viegas Carrascalão, que eu substituíra no lugar de secretário-geral da Federação das Juventudes Sindicalistas, António Pereira, António Gonçalves, José Gordinho e José Maria da Cruz.

Seria necessário mostrar ao Tribunal que não estavam sós, que a acusação de pertencer à Legião era uma espécie de «pronto-a-vestir» que servia para julgar e condenar quem quer que fosse, e que também não temíamos aparecer a afirmar a dignidade das nossas ideias, a solidarizarmo-nos com eles. Todo o Comité Federal decidiu apresentar-se individualmente ao Tribunal como testemunhas de defesa.

Cada um de nós afirmou que os réus não eram da Legião Vermelha mas sim, das Juventudes Sindicalistas como nós, que lutávamos em defesa das classes trabalhadoras e por um sistema social justo e de liberdade.

Os juizes militares olhavam-nos com um certo embaraço que disfarçavam não se opondo às nossas declarações. Nada se provou mas a ditadura e a repressão já começara.

O Carrascalão foi condenado a 6 anos de degredo, o Gordinho a 4 anos e os outros a 2 anos cada. Foram depois levados nas primeiras levas de deportados.

Era preciso, muito principalmente, reactivar a acção sindical, também para demonstrar que a luta dos trabalhadores não desarmava perante um qualquer governo, e sobretudo como afirmação.

«A BATALHA» intensifica uma campanha contra o agra-

vamento do custo de vida e apela para a acção de protesto dos próprios consumidores.

Para antecipar a provável ofensiva governamental contra as conquistas operárias a lógica seria activar as reivindicações.

O Sindicato confederado dos Empregados do Comércio apresenta à Câmara Sindical do Trabalho uma proposta, que é debatida em reunião do seu Conselho, para uma movimentação de todos os sindicatos na defesa do horário do trabalho, muito especialmente visado pelo patronato, sobre a crise de trabalho, optando-se que deveriam ser os próprios sindicatos a fazerem a fiscalização da jornada de trabalho.

Na mesma proposta, em «A BATALHA» de 10 de Setembro, propõe-se a convocação de um congresso dos sindicatos de Lisboa para analisar toda a problemática operária e sindical, aberto a todos os sindicatos confederados como também àqueles que não sendo estivessem de acordo com os princípios autonómicos da organização operária. Acentuava-se que na circunstância o acordo geral só poderia ser praticamente efectivo dentro da CGT.

«A BATALHA», de 19 de Setembro, em editorial fazia a necessária reflexão escrevendo:

«Parece-nos que, sem quebra dos princípios de cada um, a unidade sindical será possível desde que todos andem de boa-fé e animados de um benéfico espírito de tolerância.»

Nem os apóstolos da «unidade leninista» acorreram, assim como os acontecimentos corriam para um maior agravamento das circunstâncias.

Em Janeiro de 1927 havia forte movimentação nos meios políticos; preparava-se uma rebelião contra o governo dos militares. Chegara-se ao limite do tal tempo que muita gente admitira como o máximo de duração de uma ditadura em Portugal: seis meses. Admitia-se esta hipótese talvez pensando na duração dos consulados de Pimenta de Castro ou, com certa tolerância, no do Sidónio Pais. O desfecho seria, portanto, infalível segundo a crença enraizada e generalizada de um certo profetismo tradicional.

A conspiração funcionava quase à porta da rua, à mesa dos cafés, e citavam-se as pessoas que faziam parte do co-

mité revolucionário muito conotado com a Esquerda Democrática.

Era ainda o romantismo revolucionário das conspirações de resíduos carbonários, no estilo de às tantas horas tomar de assalto um quartel ou um ministério, cada grupo tentando a sua chance como fora até então.

Era apenas o «revirinho» como já então se denominava a oposição política ao governo dos militares.

Por sua parte os militares, sem experiência política mas confiados na sua força, continuavam a manter o estado de sítio, sem plano mas prontos a reprimirem. Era portanto uma situação instável, sem correlação de forças capaz de restabelecer, pelo menos, as liberdades públicas.

Afinal, a 3 de Fevereiro, algumas unidades da guarnição militar do Porto sublevaram-se e com a colaboração da população civil ocuparam parte da cidade. Travam-se combates com as forças fiéis ao governo.

Em Lisboa o movimento não saíu. Nas hostes oposicionistas há movimentação e intranquilidade; há entrevistas e acercamentos com o comité revolucionário, contra quem todos conspiram.

«O MUNDO», órgão da Esquerda Democrática, em 2.^a edição desse dia, afirma convicto: «A ditadura que há meses vimos suportando e se arrogara o direito de falar em nome do Exército, afrontando-o, acaba de baquear.»

Era a inabalável confiança na profecia, era o cuidado de preservar todas as instituições da democracia jacobina.

De Lisboa saíram forças militares para irem combater os insurrectos do Porto. Os ferroviários do Sul e Sueste paralisaram e fizeram recolher todo o material circulante à estação da Casa Branca.

Na noite de 5, quando o movimento estava a desfalecer no Norte, a polícia invadiu a redacção de «A BATALHA» como represália contra as notícias que tinha publicado, prendendo quantos lá se encontravam e levaram-nos para a esquadra do Caminho Novo, para serem libertados na manhã de 7 quando o movimento revolucionário esperado acabara por eclodir em Lisboa.

Nesta manhã os marinheiros do quartel de Alcântara, arrastando com eles a GNR do quartel que existia em frente, e depois com a adesão da mesma Guarda do quartel da Es-

trela, vão entrincheirar-se em S. Mamede, frente ao Largo do Rato, detidos pelas forças do governo estacionadas do lado das Amoreiras.

Os trabalhadores que seguiam para os trabalhos amontoam-se à porta das fábricas, e os mais decididos abalam para acompanhar a insurreição.

Com um companheiro de oficina e de ideias sigo para o Rato. Muitos civis esperam obter armas que faltam e não chegam.

Venho para a sede da CGT. «A BATALHA» tinha acabado de ser imprimida nas máquinas do «DIÁRIO DE NOTÍCIAS» por imposição dos camaradas que tinham ocorrido para tudo o que fosse necessário, especialmente defender o edifício. O jornal começou a circular por toda a cidade.

A luta centrou-se no Rato e nas Amoreiras e estendia-se pela Patriarcal até à Baixa, limitada pelo quartel do Carmo que se reservou neutral para depois amordaçar o acampamento revolucionário.

As forças militares rebeldes eram diminutas, mas era o elemento civil, o grande combatente, é que seria também o último a ceder.

Quando se lutava em Lisboa já a rebelião tinha baqueado no Porto e o desfecho seria irremediável. Na manhã do dia 10, já limitado o seu espaço operacional, a revolução estava liquidada. A repressão, ainda desordenada, aumentava de furor. Todos os jornais que apoiaram o movimento foram suspensos e proibidas todas as actividades políticas.

«A BATALHA» foi suspensa por determinação do governo e a sede da CGT estava controlada pela polícia.

A esperança, ou até mesmo a convicção muito generalizada, que a ditadura entre nós seria efémera e passageira, desvanecia-se deixando cicatrizes ou traumas que se foram ampliando, tornando-se pouco a pouco num sentimento de fatalidade e de pessimismo. Começaria um novo Sebastianismo.

Era ainda recente a minha iniciação na actividade militante e vinha então apanhar o rabo do ciclone, mas isso não influiu no meu espírito, porque se não estava confiado em qualquer milagre político entendia que o progresso é sempre um resultado das contradições sociais.

Naquela manhã, principalmente, era preciso salvar

dar os elementos essenciais e garantir a continuidade do movimento sindical e revolucionário.

Do Comité federal da Federação das Juventudes Sindicalistas ninguém fora preso ou desapareceu. Fizemos um encontro na rua e decidimos: reunir fora das sedes por prudência contra investidas da polícia; cada um guardaria a documentação ou arquivos relativos aos seus cargos.

A CGT como tinha alugado no pátio do edifício da Calçada do Combro umas instalações que serviam ao «Suplemento Literário» e à revista «A Renovação», e que a polícia desconhecia, para ali se transferiram os principais arquivos e se fazia algum serviço de secretaria. Reunia-se por vários lados.

Os sindicatos continuaram a funcionar com as restrições da liberdade de reunião e de imprensa, sobretudo com vigilância policial. Se não foram de imediato abrangidos por outras disposições as autoridades policiais prevaleceram-se da interpretação rigorosa da lei das associações de 1891, que continuava em vigor, para considerarem ilegais os organismos federativos como a CGT, as federações de indústria e uniões locais de sindicatos, que passaram, à clandestinidade.

Durante muito tempo ainda essas restrições eram ultrapassadas principalmente pelas federações e uniões locais.

Para os militantes tornava-se uma situação difícil: nos sindicatos tinham uma actividade legal, mas desdobravam a sua actividade clandestinamente em outros organismos, o que os tornava vulneráveis ao controle policial.

Durante um certo tempo a situação era bastante imponderável. O governo, ainda instável, na esperança talvez do projecto integralista da «repreentação das classes» numa assembleia de estilo corporativo, não extremara ainda as suas intenções sobre o movimento operário.

Começava a diluir-se o mundo onírico da 1.^a República.